O Direito da União Europeia — Ficha

12.º Ano | Direito | 3 páginas

Competências que desenvolve: Conhecer o direito originário e o direito derivado da União Europeia, referir as fases da integração europeia, caracterizar a estrutura orgânica da UE e distinguir o Direito da UE do Direito Interno à luz da receção automática.

1. Verdadeiro ou Falso

a) O direito originário da UE é o dos Tratados fundadores. → ____

b) O direito derivado inclui regulamentos, diretivas e decisões. → ____

c) A integração europeia começou pela União Europeia. → ____

d) O Direito da UE e o Direito Interno não se relacionam. → ____

2. Completa

a) As fases da integração vão da _____ (comunidade económica) à _____.

b) Entre as instituições da UE: _____ Europeia, Parlamento Europeu, Conselho e Tribunal de Justiça.

c) O artigo 8.º da CRP consagra o princípio da _____ automática do Direito da UE.

d) Cada instituição tem _____ e competências próprias, articuladas com as restantes.

3. Liga cada noção ao seu exemplo

a) Direito originário ___ b) Direito derivado ___ c) Instituição executiva ___ d) Receção automática ___

1) Uma diretiva sobre consumidores 2) O Tratado que fundou a comunidade 3) As normas valem internamente sem ato de transposição 4) A Comissão propõe e executa

© 2026 Estudantices

4. Escolha múltipla (marca a opção correta)

a) A estrutura orgânica da UE designa: 1) o mapa da Europa · 2) instituições e órgãos com composição, funcionamento e competências · 3) a moeda única → ____

b) A receção automática significa que: 1) cada país escolhe o que aplica · 2) o Direito da UE vigora no ordenamento sem ato de transposição · 3) só vale depois de publicado localmente → ____

c) Distinguir DUE de Direito Interno é importante porque: 1) são indiferentes · 2) têm fontes, âmbito e mecanismos próprios · 3) só um se aplica em Portugal → ____

5. Comparação

a) Direito originário: _____ · Direito derivado: _____

b) Direito da UE: _____ · Direito Interno: _____

6. Responde por escrito (2–3 linhas)

a) Para que serve a articulação entre as instituições da UE?

b) Porque é que o princípio da receção automática é decisivo para Portugal?

7. Analisa a situação

a) Uma diretiva da UE sobre um contrato de consumo: como chega a aplicar-se em Portugal?

b) Um tribunal português aplica uma norma da UE a um litígio: que princípio está em ação?

8. V/F avançado

a) A integração europeia é um processo com fases sucessivas, não um ato único. → ____

b) As instituições da UE têm poderes ilimitados e sem repartição. → ____

c) O Direito da UE ocupa lugar destacado no ordenamento português. → ____

© 2026 Estudantices

Soluções

1. a) T · b) T · c) F — começou pelas comunidades europeias (CEE) · d) F — estão articulados, com regras de prevalência e receção

2. a) CEE; UE · b) Comissão · c) receção · d) composição (âmbito)

3. a)-2 · b)-1 · c)-4 · d)-3

4. a) 2 · b) 2 · c) 2

5. a) O originário são os Tratados que criam e alteram a União; o derivado é o elaborado pelas instituições com base nos Tratados (regulamentos, diretivas, decisões). b) O da UE resulta da integração e vincula Estados e cidadãos em matérias de competência da União; o Interno é a legislação do próprio Estado, que, no exercício dessas matérias, tem de respeitar o Direito da UE.

6. a) Garante que a proposta, a deliberação e a execução se controlem e se completem — cada instituição tem competência própria e nenhuma decide sozinha o conjunto. b) Porque Portugal, ao integrar a UE, aceitou que o Direito da UE vigore no seu ordenamento sem necessidade de transposição para o direito interno — é o que dá eficácia imediata aos direitos europeus dos cidadãos.

7. a) Aplica-se por receção automática: vigora no ordenamento português; a diretiva pode exigir medidas nacionais de adaptação, mas o princípio assegura a sua eficácia. b) O princípio da receção automática (art. 8.º da CRP) — o tribunal aplica a norma da UE como parte do ordenamento jurídico português.

8. a) T · b) F — a repartição de competências é princípio estruturante · c) T — reconhecido pelo artigo 8.º da CRP

© 2026 Estudantices